

<http://doi.org/10.47369/eidea-25-1-4456>

Recebido em: 12/09/2024

Aprovado em: 05/04/2025



Análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica a favor da leitura O uso de elementos argumentativos em artigos de opinião

Amanda Lopes Bezerra

Universidade Federal de Campina Grande

<http://orcid.org/0000-0003-1756-7989>**Manassés Morais Xavier**

Universidade Federal de Campina Grande

<http://orcid.org/0000-0002-2628-8183>

Este trabalho apresenta uma proposta didática voltada para turmas de 1º ano do Ensino Médio, fundamentada nas contribuições da análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica e nos estudos sobre a argumentação para o trabalho com o gênero artigo de opinião. A partir de debates que promovam reflexão crítica sobre as escolhas composicionais, sejam elas verbais ou visuais, os estudos e a percepção dos enunciados é ressignificado, situando-os no contexto real de uso e nas interações sociais que influenciam os sentidos. Ao tratar a linguagem como um fenômeno vivo e histórico, a proposta incentiva que os estudantes percebam não apenas as estruturas formais, mas também as intenções discursivas, os valores subjacentes e as implicações socioculturais dos enunciados. Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa transcende o estudo das regras gramaticais, enfatizando o desenvolvimento da competência crítica e argumentativa.

Palavras-chave: Análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica. Argumentação. Proposta didática. Artigo de opinião.

Análisis lingüístico/semiótico dialógico: uso de elementos argumentativos en artículos de opinión

Este trabajo presenta una propuesta didáctica dirigida a estudiantes de primer año de la escuela secundaria, basada en las contribuciones del análisis lingüístico/semiótico desde una perspectiva dialógica y en los estudios sobre la argumentación en el género artículo de opinión. A través de debates que promueven la reflexión crítica sobre las elecciones compositivas, sean verbales o visuales, el estudio y la percepción de los enunciados se resignifican, situándolos en el contexto real de uso y en las interacciones sociales que influyen en los significados. Al tratar el lenguaje como un fenómeno vivo e histórico, la propuesta incentiva a los estudiantes a percibir no solo las estructuras formales, sino también las intenciones discursivas, los valores subyacentes y las implicaciones socioculturales de los enunciados. De esta manera, la enseñanza del idioma portugués trasciende el estudio de las reglas gramaticales, enfatizando el desarrollo de la competencia crítica y argumentativa.

Palabras clave: Análisis lingüístico/semiótico desde una perspectiva dialógica. Propuesta didáctica. Artículo de opinión.

Dialogic linguistic/semiotic analysis: the use of argumentative elements in opinion articles

This work presents a didactic proposal aimed at first-year high school students, based on the contributions of linguistic/semiotic analysis from a dialogical perspective and studies on argumentation in the genre of opinion articles. Through debates that promote critical reflection on compositional choices, whether verbal or visual, the study and perception of the enunciations are re-signified, situating them in the real context of use and the social interactions that influence meanings. By treating language as a living and historical

phenomenon, the proposal encourages students to perceive not only the formal structures but also the discursive intentions, underlying values, and sociocultural implications of the enunciations. In this way, the teaching of Portuguese transcends the study of grammatical rules, emphasizing the development of critical and argumentative competence.

Keywords: Linguistic/semiotic analysis from a dialogical perspective. Argumentation. Didactic proposal. Opinion article.

1 Introdução

O ensino baseado exclusivamente em regras gramaticais nas escolas brasileiras tem sido uma preocupação do campo da Linguística Aplicada (LA) há mais de 30 anos, especialmente por não considerar a complexidade dos processos de leitura e escrita envolvidos. Nessa perspectiva, pesquisadores como Fabrício (2006) e Bagno (2007) apontam que o ensino tradicional desconsidera o caráter interativo, situado e plural da linguagem. A LA, nesse contexto, propõe uma visão mais ampla do ensino de língua, que busca incluir a compreensão dos usos sociais da linguagem, produção de sentidos e a capacidade crítica de ler e escrever enunciados do cotidiano.

A partir dessa necessidade, popularizou-se a análise linguística através das contribuições de Wanderley Geraldi, especialmente com a inserção desse eixo de ensino nos Parâmetros Curriculares Nacionais e, posteriormente, na Base Nacional Comum Curricular. A proposta de compreender os fenômenos linguísticos incluindo tanto os conhecimentos de normas gramaticais quanto a intencionalidade do autor e o contexto (Geraldi, 1984; 1997) por meio das atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas passaram a promover uma transformação gradual em sala de aula.

Posteriormente, essa proposta começou a ser revisitada por estudiosos de diferentes campos da Linguística, em busca de desenvolvimentos mais amplos. Surge, então, a análise linguística em perspectiva dialógica (Polato, 2017; Gomes; Ohuschi; Menegassi, 2022; Acosta Pereira, 2022), fundamentada nas contribuições do Círculo de Bakhtin, que propõe a necessidade de considerar as percepções sociais, históricas e contextuais envolvidas no processo de criação e leitura dos enunciados. Nesse sentido, entende-se que

[...] todo uso da língua, nas interações sociais, reverbera projeções ideológicas e valorativas, que saturam os usos linguísticos de diferentes sentidos. É entender que todo ato reflexivo sobre/dos recursos linguísticos empregados no interior da enunciação demanda uma análise de como esse recurso potencializa sentidos a depender da situação de interação. Muda-se a situação da interação social,

mudam-se os enunciados e, por sua vez, os diferentes recursos da língua (de)marcam sentidos particulares (Acosta Pereira, 2022, p. 31-32).

Dessa forma, o estudo da linguagem passa a considerar que os sujeitos são constituídos pelas interações sociais e que, portanto, os enunciados que produzem ou interpretam estão sempre atravessados por valores, ideologias e contextos históricos. Isso significa que o professor deve incentivar os alunos a refletir como as escolhas linguísticas estão relacionadas às intenções do autor, ao público-alvo e às circunstâncias específicas da comunicação.

Assim, o trabalho com gêneros discursivos (Bakhtin, 2016 [1952-1953]) permite que os estudantes observem como diferentes contextos de produção geram diferentes modos de argumentação e uso da língua (Polato; Ohuschi; Menegassi, 2020; Polato; Menegassi, 2022). Esse enfoque, que considera a dimensão social e histórica dos textos e possibilita aos alunos desenvolver uma postura crítica diante da linguagem, questionando o que está por trás das escolhas discursivas e como elas afetam a construção de significados.

Para aprofundar as discussões sobre a produção argumentativa nos textos, utilizamos as contribuições da análise retórica, que oferecem uma compreensão detalhada dos mecanismos persuasivos empregados no texto, considerando aspectos como a credibilidade do autor, o apelo emocional ao público e a lógica dos argumentos (Amossy, 2008; 2011; Moraes; Santos; Júnior, 2024). Essa perspectiva contribui para que os estudantes percebam como a construção argumentativa está intimamente ligada às escolhas linguísticas e aos efeitos que essa seleção provoca nos leitores.

Assim, concordamos com as contribuições de Lino de Araújo (2019, p. 151), ao afirmar que “[...] a AL [análise linguística] leva a perceber que ensinar uma língua implica demonstrar sua perspectiva multidimensional, ou seja, não há aspectos da língua que não possam ser estudados à luz deste conceito”. Isso significa que o ensino de língua precisa transcender o nível estrutural, como discutido anteriormente, considerando os objetivos do locutor e as escolhas dos elementos presentes no enunciado como imagens, vídeos e a formatação do texto, por exemplo, por isso evocamos a adição do termo semiótica no eixo de ensino.

Considerando estes aspectos, o presente trabalho objetiva apresentar uma proposta didático-metodológica para turmas do 1º ano do Ensino Médio com o

trabalho da construção argumentativa nos artigos de opinião intitulados “Eleições de 2024: regular a IA [inteligência artificial] é imprescindível” sob autoria de Curzi (2024) e “Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?” escrito por Prado e Giovanini (2024). A partir da análise dos recursos linguísticos, como os adjetivos ideologicamente situados, e elementos visuais presentes nos textos, pretendemos desenvolver a leitura crítica e reflexiva dos alunos considerando também o contexto sociocultural e histórico que influenciam essas escolhas, compreendendo como elas impactam a construção de significados e a persuasão no debate público.

2 Contextualização teórica

2.1 Análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica a favor da leitura na sala de aula

Ao tratarmos da Teoria Dialógica da Linguagem, através das contribuições do Círculo de Bakhtin, o termo “dialógica” se sobressai em relação aos estudos da linguagem, ou seja, o diálogo está presente ao longo de todo o processo de comunicação. Sobre o assunto, Volóchinov (2018 [1929]) destaca que todo o enunciado é uma resposta a outros enunciados, sendo impossível criar ou compreender uma expressão linguística sem considerar um conjunto de relações que ela estabelece com outras construções, sejam elas anteriores ou posteriores. Sendo assim, a linguagem é sempre uma troca, um processo contínuo de construção de significados entre locutores e interlocutores ligados a determinados contextos históricos, sociais, culturais e ideológicos.

Neste estudo, para a proposição da análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica, trataremos de três conceitos fundamentais a partir da Teoria Dialógica da Linguagem: estilo, a figura do “outro” e as vozes sociais. A primeira concepção refere-se a maneira de como o indivíduo se posiciona em relação a outras vozes ou discursos presentes na comunicação através das escolhas linguísticas e composicionais dos enunciados. Portanto, compreende-se que “[...] a escolha é determinada não pela gramática, mas por considerações puramente estilísticas, isto é, pela eficácia representacional e expressiva dessas formas” (Bakhtin, 2013 [1944-1945], p. 25), ou seja, a seleção de palavras, orações, imagens e outros recursos provenientes da linguagem, no momento da interação, são carregados de intenções

do sujeito, sendo mais do que um amontoado de regras e normas gramaticais. Representam elementos vivos, dinâmicos e situados em determinado tempo e espaço.

A figura do “outro” relaciona-se diretamente com essa premissa porque a presença de sujeitos que compartilham ou discordam das ideias apresentadas pode influenciar a construção dos enunciados. A consciência dessa figura altera a forma como o discurso é construído, pois o locutor leva em consideração as características do interlocutor e a posição que ele ocupa dentro de um determinado grupo social ou hierárquico (Volóchinov, 2018 [1929]). Importante destacarmos neste momento que essa representação é tão importante para produção dos discursos que, ainda conforme as contribuições do autor, quando não há um público específico, esse vazio é preenchido, pela imagem de um “representante médio” a qual se espera que aquele enunciado será recebido. Dessa maneira, ao lidarmos com redes sociais e a internet, que se caracterizam por atingir um grande número de sujeitos, essa noção torna-se imprescindível.

Por fim, as vozes sociais representam como as ideologias, crenças, normas e valores aceitos na sociedade e, particularmente pelos indivíduos envolvidos no processo de interação atuam como uma parte fundamental na criação e compreensão dos enunciados. Conforme as contribuições de Mazzillo (2004), essas vozes sociais, ao longo do tempo, influenciam a construção discursiva dos sujeitos, que vão assimilando diferentes perspectivas provenientes de várias esferas dialógicas, o que reflete e refrata as diversas visões de mundo presentes na sociedade. Portanto, além do caráter subjetivo, a criação discursiva também é atravessada por normas socialmente aceitas e comuns a maior parte dos sujeitos.

Inseridos nestas discussões, a interação entre os aspectos linguísticos e extralinguísticos cria um espaço de negociação contínua porque os sentidos são constantemente ajustados e reavaliados à medida que os interlocutores se envolvem no diálogo. O jogo estabelecido entre o reconhecimento das formas e a compreensão dos significados implica que as interpretações são sempre provisórias e contextualmente dependentes, reforçando a ideia de que a análise do texto exige uma abordagem que consiga alcançar além das normas gramaticais e que considere as complexidades do contexto e das interações humanas.

Dessa maneira, a análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica utiliza-se de todos esses aspectos e os compreende como fundamentais para a construção do sentido, em conjunto com as regras normativas de uma língua. Por outro lado, assim como evidenciado pela Base Nacional Comum Curricular, esse eixo de ensino deve ser integrado às outras práticas, tais como a leitura, produção de textos e/ou oralidade (Brasil, 2018), por apresentar como característica imprescindível o trabalho com enunciados concretos. Nesta investigação, trabalhamos as práticas de análise linguística/semiótica no campo da leitura.

Para o trabalho integrado com esses dois eixos, concordamos com as contribuições de Lino de Araújo (2019) ao delimitar duas formas de trabalho com os textos em sala de aula: 1) levantamento e análise de determinados recursos ou elementos linguísticos presentes em um mesmo gênero ou singulares a um autor; 2) reflexão sobre os usos de escolhas composicionais de diferentes autores em um mesmo gênero, objetivando depreender os efeitos de sentido alcançados naquela(s) situação(ões). A partir dessa proposta, observamos que

[...] a AL a serviço da leitura volta-se para o destaque e **análise dos recursos linguísticos de composição e estilo** usados para convencer, emocionar, persuadir, tranquilizar, exaltar, difamar, informar, entre outros que são mobilizados pela escrita. (Lino de Araújo, 2019, p. 160, grifos nossos).

Na expansão dialógica, além dos recursos citados anteriormente, são considerados os conhecimentos prévios, o contexto, os sujeitos, entre outros aspectos necessários de forma implícita ou explícita para a construção de significados. Ao nos basearmos nos pressupostos do Círculo de Bakhtin, nos estudos de Polato (2017), Polato e Menegassi (2018), Gomes, Ohuschi e Menegassi (2022) e Acosta Pereira (2022), propomos etapas teórico-metodológicas para as duas formas de estudos evidenciadas previamente acerca dos gêneros em sala de aula:

1. Relações com os enunciados já-ditos: geralmente, os estudantes possuem conhecimentos prévios sobre a temática e/ou gênero estudado. Assim, torna-se possível acionar um horizonte de expectativas sobre o assunto;
2. Leitura dos enunciados: essa prática pode ser realizada, inicialmente, de maneira individual e, posteriormente, em conjunto com os demais membros da turma, inclusive com a participação do professor;

3. Trabalho com a dimensão social: as escolhas composicionais, linguísticas e discursivas estabelecem forte relação com o sujeito que as escreveu e com o contexto no qual está inserido. Portanto, torna-se fundamental o debate sobre esses aspectos;
4. Trabalho com a dimensão verbo-visual: a análise linguística/semiótica se encontra presente nesta etapa, podendo subdividir-se nos níveis:
 - Morfológico: escolhas propositais de palavras ou flexões gramaticais devem ser percebidos de forma crítica;
 - Sintático: a preferência de orações na ordem direta da língua (sujeito + verbo + complemento) ou outros tipos podem impulsionar os significados pretendidos;
 - Semiótico: a seleção de imagens, vídeos, formatação do texto, entre outros aspectos demonstram a posição ideológica do autor.

A partir desse caminho metodológico, todos os aspectos linguísticos e extralinguísticos podem ser explorados no exercício da leitura e, posteriormente, na produção de textos, pois todas essas práticas encontram-se relacionadas. Por outro lado, a visão crítica também é impulsionada nos estudantes, na medida que estes compreendem que

Na produção de discursos, o sujeito articula, aqui e agora, um ponto de vista sobre o mundo que, vinculado a uma certa formação discursiva, dela não é decorrência mecânica, seu trabalho sendo mais do que mera reprodução: se fosse apenas isso, os discursos seriam sempre idênticos, independentemente de quem e para quem resultam (Geraldí, 1997, p. 136).

Instintivamente, os usuários de uma língua escolhem determinadas formas para a situação em que estão envolvidos, entretanto, quando isso passa a ser realizado de maneira consciente, os horizontes se expandem, as intertextualidades se ampliam e as armadilhas presentes em inúmeros gêneros do discurso são desfeitas por meio da leitura e do pensamento crítico.

2.2 A construção argumentativa em textos jornalísticos: o artigo de opinião em pauta

A popularização das mídias digitais, que se tornou uma tendência em meados de 2006, amplamente impulsionada pela pandemia de COVID-19, transformou a

realidade dos indivíduos de todo o mundo: as informações, opiniões e conteúdos publicados podem atingir milhões de pessoas em poucos segundos. Dessa maneira, muda-se a interação entre os usuários, agora mais próximos uns dos outros e, com isso, modificam-se também as estratégias linguísticas utilizadas por eles.

Por outro lado, empresas e instituições, com a finalidade de acompanhar as novas demandas do universo digital, constroem perfis nas novas plataformas e se adequam a todas as mudanças. Ao compararmos o desenvolvimento argumentativo de textos jornalísticos midiáticos, tema central desta investigação, com as formas presentes nos materiais impressos ou presenciais, conforme Moraes, Santos e Júnior (2024), constatamos a presença de elementos linguísticos e, expressivamente, de recursos multissemióticos, como vídeos, imagens, sons, entre outros. Para chamar a atenção dos espectadores e convencê-los a concordar com a perspectiva defendida, todas as estratégias são válidas.

Nessa perspectiva, os estudos argumentativos ou retóricos buscam investigar os mais variados elementos linguísticos responsáveis por demonstrar o ponto de vista do locutor, principalmente quando este objetiva convencer o outro (Amossy, 2018). Nesse momento, é importante ressaltar que nem sempre um texto apresenta a pretensão de manipular o ponto de vista de outros sujeitos, como é o caso da carta aberta, por exemplo; no entanto, eles questionam e raciocinam sobre determinada temática ou acontecimento.

Nestes estudos, assim como na análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica, os elementos linguísticos acionados pelo locutor advêm de características estilísticas subjetivas, adquiridas através da vivência dos sujeitos e da relação destes com a língua materna, e, num segundo momento, da relação com os interlocutores. A nova retórica, comentada por Amossy (2018), ao destacar a importância da adaptação ao auditório, demonstra que as estratégias argumentativas são, principalmente, um exercício dialógico, no qual o locutor não apenas produz um discurso, mas interage com um público cujas respostas, mesmo que silenciosas, influenciam a construção dos enunciados.

Além disso, a consideração das percepções previamente aceitas pelos interlocutores (ou da imagem que se tem deles) não apenas reforça a adesão ao discurso, mas também limita as possibilidades das estratégias argumentativas naquele contexto. Quando um sujeito é sensível às crenças e valores do seu público,

seleciona com maior precisão os elementos linguísticos e os recursos que serão mais eficazes na construção de concepções convincentes. No entanto, segundo Rocha, Silva e Moura (2024), existe o risco de que, ao buscar a aprovação do público, o indivíduo conquiste uma conformidade excessiva, abandonando a originalidade, profundidade e/ou a forma de seus argumentos em troca de uma aceitação mais ampla. Portanto, a habilidade retórica também reside na capacidade de manter um equilíbrio entre a adaptação ao público e a demonstração fiel das concepções do locutor.

A partir da definição do perfil geral dos interlocutores, o enunciador detém o papel de escolher a modalidade argumentativa mais adequada à situação. Essas estruturas podem ser classificadas de inúmeras formas, mas, neste momento, destacamos as três mais utilizadas na contemporaneidade

[...] pode-se mencionar a **modalidade demonstrativa**, em que uma tese é apresentada por um locutor, num discurso monológico ou dialógico, a um auditório do qual ele quer obter a adesão pelos meios da demonstração fundamentada, do raciocínio articulado apoiado em provas. Ou, também, a **modalidade negociada**, em que os parceiros que ocupam posições diferentes, até mesmo conflitantes, esforçam-se para encontrar uma solução comum para o problema que os divide e chegar a um consenso através do compromisso. Ou ainda a **modalidade polêmica**, que é caracterizada por um confronto violento de teses antagônicas, em que duas instâncias em total desacordo tentam superar a convicção da outra ou de uma terceira que as ouve, atacando as teses contrárias (Amossy, 2011, p. 131-132, grifos nossos).

É importante observar que a escolha de uma dessas modalidades não é aleatória, mas profundamente influenciada pelo contexto comunicativo e pelos objetivos do locutor.

Na primeira categoria, o enunciador busca construir uma argumentação sólida, baseada em provas empíricas e raciocínios lógicos, que objetiva legitimar a tese apresentada. A eficácia dessa modalidade depende da clareza e da coerência da exposição, assim como da capacidade do enunciador de prever e refutar possíveis objeções do auditório. Na segunda, é necessário saber ouvir, compreender os interesses do outro e encontrar pontos de convergência. Por fim, na terceira modalidade, a utilização de estratégias de ataque e defesa é predominante. O enunciador busca desestabilizar a posição do adversário, expondo fraquezas e inconsistências, enquanto reforça a própria tese com argumentos contundentes.

Como este trabalho se localiza no campo da Linguística Aplicada, interessa-nos principalmente a leitura dessas construções enunciativas através das relações entre elementos linguísticos e multissemióticos e, como discutido anteriormente, considerando-os situados no espaço e no tempo, orientando-nos pelos princípios da Teoria Dialógica da Linguagem, ou seja, no cronotopo (Almeida; Xavier, 2018). Nessa linha, para a proposição da atividade atendendo a todas as contribuições da análise linguística/semiótica de base dialógica e os estudos de argumentação, elegemos o artigo de opinião como gênero a ser abordado.

O artigo de opinião, assim como qualquer texto jornalístico, de acordo com Oliveira (2012), produz significados a partir da relação estabelecida com o meio (locutor, instituição representada e o público-alvo) e as reações atingidas ao compartilhar percepções ou acontecimentos. Portanto, todos os elementos que constituem os enunciados são relevantes para os sujeitos que estão ouvindo ou lendo os textos. Nessa perspectiva, o gênero

[...] é publicado em jornais, revistas e na internet, expõe a opinião de um articulista, que pode ser ou não uma autoridade no assunto abordado ou uma pessoa reconhecida na sociedade. Geralmente discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural relevante para os leitores. [...]

[...] Embora o produtor do artigo se constitua numa autoridade sobre o que é dito, muitas vezes ele busca outras vozes para a construção do seu ponto de vista. Apoia-se ainda nas evidências dos fatos que corroboram a validade do que diz (Köche; Boff; Marinello, 2014, p. 33).

Dessa forma, o artigo de opinião se estabelece como um gênero que utiliza as estratégias comentadas anteriormente para convencer o leitor. O autor não apenas expõe sua perspectiva, mas busca também legitimar todas as ideias expostas ao se apoiar em outras vozes e fatos. Essa prática de incorporação de múltiplas perspectivas não apenas fortalece a argumentação, como apresentado na modalidade demonstrativa, mas também permite que o interlocutor alcance uma compreensão mais ampla e crítica sobre o tema abordado.

Ainda conforme as autoras, os argumentos utilizados na construção dos artigos de opinião podem ser classificados em quatro instâncias: de autoridade, de consenso, de provas concretas e de competências linguísticas. O primeiro resume-se na utilização de falas proferidas por estudiosos renomados para comprovar o ponto de vista defendido. O segundo, por sua vez, utiliza verdades aceitas por todos os

sujeitos, embora muitas vezes não possuam comprovações científicas. O terceiro expõe dados, exemplos e evidências técnicas com a finalidade de fundamentar o discurso. Por fim, a instância de competências linguísticas, principal interesse desta pesquisa, afirma que: “A escolha dos vocábulos, locuções e formas verbais, entre outros aspectos linguísticos, é essencial para que ocorra a interação entre o autor e seu leitor” (Köche; Boff; Marinello, 2014, p. 36). Portanto, essa competência se trata de habilidades estratégicas que o autor utiliza para estabelecer uma conexão eficaz com o leitor.

Inseridos nessa perspectiva, reiteramos as contribuições de Acosta Pereira (2022), Amossy (2018) e Geraldi (1997), quando os autores constatarem a não neutralidade das escolhas linguísticas: a argumentação é influenciada pela seleção de todos os termos presentes no discurso, mesmo que esse recurso não tenha sido pensado de forma consciente e passe despercebido tanto pelo locutor quanto pelo interlocutor. A relação entre ambas perspectivas (análise linguística/semiótica de perspectiva dialógica e estudos da argumentação) se encontra nessa natureza, sendo compreendido, em geral, que

Diante dos termos ou das expressões de uso corrente que naturalizam as teses e permitem uma exploração argumentativa velada, encontramos escolhas lexicais chamativas que têm, à primeira vista, um valor polêmico que, por sua vez, provém de uma seleção ostensivamente efetuada em meio a diversas possibilidades, independente se tais escolhas figuram como atos intencionais ou não (Amossy, 2018, p. 173).

A partir desse excerto, observamos que as escolhas feitas pelo locutor carregam valores, ideologias e pressupostos que influenciam a interpretação do interlocutor e o formato do discurso. A linguagem, portanto, funciona como um meio pelo qual as ideias conseguem ser naturalizadas e reforçadas, muitas vezes sem que as partes envolvidas percebam o grau representativo que essas escolhas exercem sobre o processo argumentativo.

Por outro lado, essa não neutralidade das seleções linguísticas revela a complexidade das interações presentes no cotidiano e a importância de uma análise crítica dos discursos que circulam na sociedade. Quando os sujeitos reconhecem que cada vocábulo e/ou construção sintática carrega um conjunto de significados implícitos, tornam-se mais atentos às sutilezas dos enunciados e capazes de identificar as estratégias utilizadas para persuadir ou influenciar opiniões. Dessa

forma, o estudo da argumentação e das escolhas lexicais, através da análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica, torna-se essencial para a compreensão do funcionamento da linguagem em contextos sociais, políticos e culturais.

3 Discussões metodológicas

Metodologicamente, este estudo utiliza a abordagem qualitativa e interpretativista, concentrada na análise teórica dos aspectos linguísticos e semióticos presentes nos artigos de opinião, com ênfase na construção de uma proposta didática voltada para a leitura crítica de elementos argumentativos em turmas de 1º do Ensino Médio.

A análise qualitativa se caracteriza, conforme Mineiro, Silva e Ferreira (2022), como uma investigação aprofundada de situações e/ou fenômenos que busca compreender significados, contextos e dinâmicas presentes em um determinado objeto de estudo. Está sendo, nesse caso, complementada pela metodologia interpretativista que, segundo Oliveira (2010), se dedica à compreensão das manifestações sociais e culturais, considerando os possíveis sentidos atribuídos pelos indivíduos a experiências e práticas. Dessa maneira, ambos procedimentos permitem a construção de uma proposta didática contextualizada, essencial para a construção do conhecimento crítico e reflexivo sobre os textos-enunciados.

A proposta didática que utiliza a análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica enfatizando a utilização de elementos argumentativos é organizada em quatro etapas: 1) relação com os enunciados já-ditos; 2) leitura dos enunciados; 3) trabalho com a dimensão social; 4) trabalho com a dimensão verbo-visual. Esta sequência pretende aproximar os estudantes dos elementos contextuais que antecedem e sucedem o enunciado, assim como promover uma compreensão mais ampla da construção argumentativa através das intenções discursivas reveladas pelas escolhas de elementos linguísticos.

Para o trabalho com a análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica em sala de aula, ressaltamos ainda o caminho metodológico proposto por Lino de Araújo (2019), no qual pode ser feito de forma indutiva por meio do levantamento e análise de um dado recurso linguístico presente em vários exemplares de um mesmo gênero ou individual no estilo de um autor. Esse processo busca permitir que os estudantes

construam, a partir da observação e análise de exemplos reais, conceitos e compreensões sobre as escolhas proporcionadas pelas múltiplas formas da linguagem. Neste estudo, selecionamos dois artigos de opinião sobre a mesma temática, entretanto publicados por autores e canais distintos, com a finalidade de abordarmos aspectos estilísticos e composicionais distintos em sala de aula.

O uso da inteligência artificial nas eleições municipais de 2024 foi a temática dos artigos de opinião selecionados, pois consideramos que ao abordar questões como ética, privacidade, manipulação de dados e transparência, os estudantes desenvolvem postura crítica em relação às tecnologias que impactam diretamente a sociedade. Dessa maneira, os textos intitulados “Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível” com autoria de Yasmin Curzi, publicado no Correio Braziliense em julho de 2024, e “Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?” escrito por Luis Fernando Prado e Carolina Giovanini, publicado no Estadão em fevereiro de 2024.

A escolha dos canais jornalísticos Correio Braziliense e Estadão foi pautada pela relevância e popularidade das fontes que se caracterizam por selecionar profissionais e especialistas nas temáticas abordadas. Sendo assim, buscamos garantir que os alunos tivessem acesso a dados confiáveis e consistentes, além de promover uma reflexão sobre os aspectos éticos e legais envolvidos.

Os autores escolhidos, por sua vez, são profissionais de destaque em áreas diretamente relacionadas ao tema em questão. Yasmin Curzi, professora e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Direito Rio, trata de forma acadêmica e reflexiva sobre as implicações da tecnologia na sociedade. Luis Fernando Prado, advogado especializado em novas tecnologias e proteção de dados, oferece uma visão jurídica sobre os desafios do uso da inteligência artificial na internet ao lado de Carolina Giovanini, advogada especialista em privacidade e inteligência artificial. Assim, a percepção que os diferentes sujeitos, ao utilizarem diferentes recursos linguísticos e semióticos que refletem intenções discursiva, auxilia os estudantes a desenvolverem leitura crítica das ideologias e opiniões expressas de forma implícita ou explícita nos enunciados.

4 Proposta didática a favor da leitura crítica em sala de aula

4.1 Relações com os enunciados já-ditos

No primeiro momento da proposta didática, destacamos a importância de promover uma discussão oral sobre o artigo de opinião com os estudantes. A finalidade é estabelecer horizontes de expectativa ou verificar os conhecimentos já adquiridos por eles acerca das características do gênero, baseando-se nas possíveis experiências prévias. Em seguida, busca-se tratar do suporte (digital ou impresso) e as diferenças percebidas. Caso se constate que os alunos já tiveram contato com exemplares no cotidiano, discute-se as temáticas frequentemente abordadas e o espaço destinado a esses textos nos canais jornalísticos. Por outro lado, se os estudantes não demonstraram familiaridade com o gênero estudado, sugere-se o acionamento de suposições quanto ao tipo textual/discursivo.

Modificações podem ser necessárias para atender à subjetividade da turma e ao perfil dos educandos. O docente, portanto, tem a possibilidade de modificar ou alterar a ordem das perguntas, se julgar necessário.

1. Vocês conhecem, já leram ou tiveram contato com o gênero artigo de opinião?

Caso a resposta da turma seja positiva:

Quadro 1 – Recuperando os conhecimentos prévios do gênero estudado

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">a) Comentem a experiência de leitura deste texto: o que ele tratava? Qual o perfil dos autores?b) Baseados nestes conhecimentos, o que é um artigo de opinião?c) Normalmente estes textos tratam sobre quais temas?d) Quais as principais características do gênero?e) Como os argumentos são apresentados pelos autores?f) Quanto ao suporte (digital ou impresso), qual destes temos mais contato no cotidiano quanto ao artigo de opinião? Por quê?g) Vocês percebem diferenças entre os elementos presentes no texto (por exemplo, imagens e formatação) quando o suporte muda? Esta característica pode ser pensada como aleatória?h) É comum nos depararmos com este gênero no dia a dia quando o comparamos com outros da mesma esfera? |
|---|

Fonte: elaborado pelos autores

Caso a resposta da turma seja negativa:

Quadro 2 – Desenvolvendo o horizonte de expectativas sobre o artigo de opinião

- a) O que o título “artigo de opinião” nos sugere quanto ao assunto que será tratado nos textos?
- b) Quais são os perfis de autores que esperamos na ação de fornecer opinião sobre um assunto?
- c) Esperamos que a argumentação para defender uma tese seja baseada em quais informações?
- d) Em qual campo de circulação social estes textos parecem se inserir: jornalístico, literário, midiático ou do cotidiano?
- e) Quanto o suporte (digital ou impresso) é mais comum para a circulação a circulação deste gênero?
- f) Os elementos visuais e a formatação do texto permanecem iguais nos textos publicados digitalmente e de forma impressa?
- g) Esta mudança é realizada de forma inconsciente ou podemos pensar que há uma pretensão?

Fonte: elaborado pelos autores

Nessa perspectiva, observamos que o primeiro bloco objetiva preparar os discentes para compreender os objetivos dos artigos de opinião, sua circulação e a apresentação de argumentos. Para o exercício da leitura, essas etapas ativam o pensamento crítico e reflexivo sobre a temática e a estrutura do gênero, inserindo-os nas discussões dialógicas propostas no eixo de ensino. Ademais, essa abordagem favorece, posteriormente, o engajamento dos alunos em debates produtivos, nos quais suas perspectivas são valorizadas e confrontadas com as dos autores que serão posteriormente estudados.

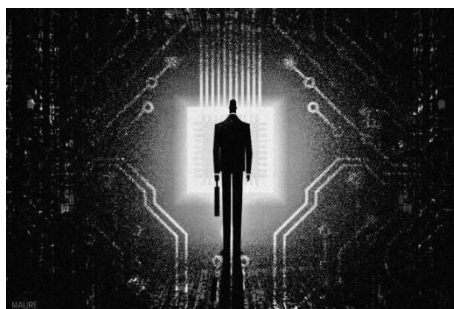
4.2 Leitura dos enunciados

A leitura, em sala de aula, pode ser realizada de duas maneiras: a partir do compartilhamento do *link* de acesso à página, com a utilização de celulares e/ou computadores ou, ainda, por meio da disponibilização de cópias impressas do texto. Como discutido anteriormente, o(a) professor(a) dispõe de inúmeras possibilidades de adaptação das etapas, a depender do perfil dos educandos e das ferramentas disponíveis. Entretanto, ressaltamos a importância da realização de uma primeira leitura silenciosa, seguida de uma leitura compartilhada com os demais.

Iniciaremos com a leitura do texto “Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível” escrito por Curzi (2024) e publicado no site Correio Braziliense, elucidado no Quadro 3.

Quadro 3 – Artigo de opinião I para a realização da leitura em sala de aula**Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível**

O Brasil tem uma oportunidade única de liderar na proteção dos direitos digitais e na promoção de um ecossistema informacional saudável, principalmente por estar na presidência do G20



PRI-2107-OPINI - (crédito: Maurenilson Freire)

*postado em 21/07/2024 06:01

As eleições de 2024 no Brasil se aproximam em um cenário preocupante: o uso cada vez mais ubíquo de tecnologias de inteligência artificial (IA) — termo geral para falar de tecnologias de aprendizado de máquina e tomada automatizada de decisão — sem as devidas barreiras e proteções aos usuários. As redes sociais têm sido tomadas por conteúdos sinteticamente produzidos para simular atores reais, acirrando crises de confiança, com capacidade de produzir desastres reputacionais e afetar significativamente as eleições.

Montagens baratas (as chamadas cheap fakes) já produzem, há alguns anos, estragos bastante significativos — a título de exemplo, o kit gay nas eleições de 2018 e os dublês de voz de personalidades políticas relevantes, em áudios no WhatsApp, pedindo votos para candidatos em eleições regionais. Com o avanço de tecnologias de deep fakes e IA generativa e, principalmente, sua maior acessibilidade, via integração em serviços de plataformas, a capacidade de manipulação aumenta, e não há regulação que possa acompanhar. Ainda que posteriormente sejam verificados, os impactos produzidos são imediatos e podem subverter significativamente o resultado das eleições.

Os riscos significativos para a integridade das campanhas políticas on-line são evidentes. O aumento da violência on-line, especialmente direcionada a grupos minorizados, como mulheres, pessoas LGBTQIA, negras e indígenas, tem afetado significativamente a produção de suas campanhas e suas participações no debate político. Campanhas de desinformação têm minado a confiança no processo eleitoral e manipulado a opinião pública sobre temas críticos, como saúde, segurança, emergência climática e questões de gênero. Todos os desafios aqui elencados têm um elemento em comum: o fomento de conteúdos mais divisivos pelas plataformas digitais a partir dos seus sistemas de recomendação de conteúdo — também via uso de IA.

Como destacado por Max Fischer, autor de *A máquina do caos*, as plataformas têm implementado mecanismos diversos para maximizar o engajamento dos usuários — entre eles, os sistemas de recomendação. Tais sistemas servem principalmente para promover conteúdos que capturem a atenção dos usuários, principalmente fazendo com que se sintam parte de um grupo, fomentando o posicionamento contra outro grupo. Em resumo, os conteúdos mais priorizados são, em geral, sensacionalistas e polarizadores em essência, que, em última instância, exacerbam a radicalização dos usuários e aprofundam as divisões sociais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou recentemente cinco princípios globais para a integridade da informação. São eles: confiança e resiliência social, incentivos saudáveis para a comunicação,

empoderamento público, meios de comunicação independentes e pluralistas, e transparência e pesquisa. O objetivo é possibilitar a reforma do ecossistema digital, viabilizando o combate à desinformação e ao discurso de ódio de forma global, também perpassando as práticas das próprias plataformas que produzem a amplificação de conteúdos que engendram a radicalização dos usuários.

Com o arrefecimento do PL nº 2.630/2020, o PL nº 2.338/2023 poderia ser um grande auxílio na luta contra a amplificação de práticas nocivas envolvendo tecnologias de IA, inclusive no âmbito eleitoral. O novo texto do PL nº 2.338 avança em alguns pontos, como a nomeação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão de coordenação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial — o qual poderia ser de grande auxílio para evitar que dados pessoais dos usuários sejam utilizados para direcionamento de conteúdos nocivos para a captura de sua atenção. No entanto, é essencial que sejam aumentadas as capacidades técnicas da ANPD para que ela possa desempenhar esse papel de forma eficaz e, de fato, dar conta de tantas demandas.

O Brasil tem uma oportunidade única de liderar na proteção dos direitos digitais e na promoção de um ecossistema informacional saudável, principalmente por estar na presidência do G20. O PL nº 2.338, com as devidas melhorias, pode ser um marco na regulação da IA na América Latina, protegendo a democracia e garantindo que a tecnologia sirva ao bem comum. Devemos escolher o caminho da proteção dos direitos e da inovação responsável, alinhando-se aos princípios globais estabelecidos pela ONU e protegendo a nossa democracia.

Yasmin Curzi

Professora, coordenadora do Programa Diversidade e Inclusão e pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio. Coordenadora da UN IGF Dynamic Coalition of Platform Responsibility (DCPR)

Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/opinia0/2024/07/6902810-artigo-eleicoes-de-2024-regular-a-ia-e-imprescindivel.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Posterior a realização da leitura individual de forma silenciosa e, em seguida, compartilhada com os demais alunos, realizaremos a leitura do texto intitulado “Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?” escrito por Prado e Giovanini e publicado no site Estadão, em 2024.

Quadro 4 – Artigo de opinião II para a realização da leitura em sala de aula

Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?

Por Luis Fernando Prado e Carolina Giovanini

25/02/2024 | 07h00

O ano de 2024 será marcado pela realização de eleições que definirão, em outubro, os futuros prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros. Como não poderia deixar de ser, o tema já está levantando debates, dentre os quais se destacam o combate à desinformação e a presença cada vez mais influente de sistemas de inteligência artificial (IA) no processo eleitoral. Em um contexto em que a disseminação de informações incorretas pode distorcer a percepção pública e comprometer a integridade do processo democrático, a reflexão sobre estratégias de combate à desinformação e uso ético da inteligência

artificial se tornam elementos cruciais para a construção de um ambiente eleitoral transparente e confiável.

Nesse sentido, ressalta-se que, recentemente, o Fórum Econômico Mundial publicou o Relatório de Riscos Globais de 2024, o qual destaca o fenômeno de desinformação gerada por sistemas de inteligência artificial generativa, especialmente diante da proliferação de ferramentas que geram “conteúdo sintético”. Diante desse contexto, surgem propostas de banimento do uso da tecnologia de inteligência artificial nas eleições, sob o pretexto de mitigação de potenciais danos causados pela disseminação massiva de informações falsas.

Evidentemente, a interseção entre tecnologia e política levanta debates sobre a resiliência e integridade do sistema democrático, porém, é necessário questionar se o banimento do uso de sistemas de IA é – de fato – a solução mais adequada para lidar com os desafios emergentes. Nesse sentido, parece-nos que, em vez de se sustentar a proibição total, medida radical de difícil (senão impossível) controle, o momento é de oportunidade para se promover um debate construtivo sobre a aplicação ética e responsável da tecnologia em nossa sociedade.

Quando tratamos de IA nas eleições, pouco se fala que a tecnologia tem o potencial de trazer inovações positivas para a transparência eleitoral, facilitando processos, aprimorando análises de dados e, até mesmo, fornecendo ferramentas eficazes para a detecção de desinformação e democratizando campanhas eleitorais diante da diminuição de custos. Em vez de ser encarada exclusivamente como uma ameaça à integridade democrática, é importante que a IA também seja vista como uma tecnologia que pode trazer benefícios e aprimoramento ao processo eleitoral, de modo que uma política de proibição provavelmente envolveria custos de oportunidade significativos para a sociedade como um todo.

Além disso, é importante lembrar que a estratégia de permitir o uso de sistemas de IA no processo eleitoral em nada afasta a incidência das consequências civis e penais aos responsáveis pelos males causados à sociedade. A legislação já existente e aplicável ao contexto eleitoral segue sendo plenamente aplicável ao uso de sistemas de IA. A título de exemplificação, é possível citar que o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) já proíbe expressamente qualquer pessoa de divulgar, na propaganda eleitoral ou durante o período de campanha, fatos sabidamente inverídicos em relação a partidos políticos ou a candidatos, capazes de exercer influência perante o eleitorado, o que pode acontecer independentemente do uso de qualquer tecnologia.

Vale ressaltar que a minuta de Resolução sobre propaganda eleitoral, em discussão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), prevê que a utilização de conteúdo fabricado ou manipulado, em parte ou integralmente, por meio do uso de tecnologias digitais para criar, substituir, omitir, mesclar, alterar a velocidade, ou sobrepor imagens ou sons, incluindo tecnologias de inteligência artificial, deve ser acompanhada de informação explícita e destacada de que o conteúdo foi fabricado ou manipulado e qual tecnologia foi utilizada. Inclusive, o texto da proposta de Resolução veda somente o conteúdo fabricado ou manipulado de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados com potencial de causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral, inclusive na forma de impulsionamento, de modo que não há - nem deve haver - proibição ao uso de inteligência artificial em si.

No mais, vale destacar que o uso de IA para geração e impulsionamento de qualquer tipo de conteúdo digital é, atualmente, fato consumado e irreversível, uma vez que tecnologias de IA já se encontram integradas à imensa maioria das soluções de mercado existentes. Nesse sentido, afirmar que a IA deveria ser proibida no contexto eleitoral pode soar tão anacrônico quanto defender, por exemplo, a proibição do uso da internet. Tanto a IA como a internet são ferramentas que podem, sim, ser utilizadas para propósitos eleitorais ilícitos, o que, inclusive, acontece com a internet desde a sua popularização. No entanto, por irrazoável que seria, ninguém defende a proibição do uso de internet no meio eleitoral, assim como também soa no mínimo distópico pregar a proibição de uma tecnologia já tão difundida, banalizada e que não carrega em si uma finalidade intrinsecamente ilícita, como é a IA.

Portanto, diante das complexidades que envolvem a interseção entre tecnologia e política, a abordagem mais benéfica à sociedade não parece ser o banimento indiscriminado do uso de sistemas de IA. Pelo contrário, entendemos que uma alternativa mais equilibrada seria o direcionamento de esforços para a

criação e implementação de diretrizes que norteiem o uso responsável e inevitável da tecnologia durante os processos eleitorais. Além disso, é importante investir em estratégias de fiscalização e monitoramento contra a desinformação para detectar e responsabilizar violações às regras já existentes no contexto eleitoral, independentemente do meio tecnológico utilizado pelos infratores.

O debate em torno do uso de sistemas de inteligência artificial nas eleições serve de alerta para que o medo do desconhecido não domine iniciativas regulatórias no campo do direito digital, onde sempre se pregou uma abordagem que reconheça os benefícios da inovação e trabalhe para mitigar potenciais riscos. Proibir seria ineficaz e aniquilaria importante oportunidade de utilizarmos o debate do momento para investirmos, enquanto sociedade, em padrões e controles que elevariam a barra quanto ao uso ético e responsável de IA.

Luis Fernando Prado - Sócio do escritório Prado Vidigal Advogados, especializado em novas tecnologias e proteção de dados.

Carolina Giovanini - Advogada com foco na interseção entre direito, inovação e tecnologia. Atuação especializada em privacidade, proteção de dados, inovação e inteligência artificial.

Fonte: https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/por-que-o-uso-de-inteligencia-artificial-nao-deve-ser-proibido-nas-eleicoes/?srsltid=AfmBOoolgnnN_wlxFqJgyziMaiKuuv2disa-OoJJZgUUUOCQ58kzosGU. Acesso em: 10 mar. 2025.

Posterior às leituras explicitadas previamente, recomendamos o debate acerca da temática abordada pelo texto, impressões iniciais e a retomada do horizonte de expectativas trabalhado na primeira etapa. Para isto, sugerimos a proposta demonstrada a seguir:

- 1) As previsões e expectativas levantadas antes da leitura foram confirmadas ao analisar os dois textos? Algum argumento ou posicionamento surpreendeu vocês? Por quê?
- 2) Como os autores de cada texto constroem sua opinião sobre o uso da inteligência artificial nas eleições? Quais elementos (dados, exemplos, argumentos) eles utilizam para defender seus pontos de vista?
- 3) Em quais trechos de cada artigo os autores deixam mais explícito seu posicionamento sobre a regulamentação da IA? O que isso pode indicar sobre a estratégia argumentativa de cada um?
- 4) Comparando as estratégias argumentativas dos textos, qual deles se apoia mais em uma modalidade demonstrativa (fundamentada em dados e referências científicas)? Qual utiliza uma abordagem mais negociada (convidando o leitor a construir um posicionamento)? Algum dos textos adota um tom mais polêmico e confrontativo?

- 5) Os artigos fazem referência a outras fontes ou discursos? Como essa intertextualidade fortalece ou enfraquece a argumentação?
- 6) Após a leitura e análise dos textos, vocês concordam mais com qual posicionamento? Houve mudanças em suas percepções iniciais?

4.3 Trabalho com a dimensão social

No gênero artigo de opinião, sob a perspectiva da análise linguística/semiótica em perspectiva dialógica, em consonância com os estudos sobre argumentação, propomos nesta etapa trabalhar com os aspectos sociais e históricos do texto, a partir das interpretações dos estudantes. Para isso, a atividade, no primeiro momento, deverá ser realizada individualmente, seguida do compartilhamento com a turma. É fundamental que o docente conduza a releitura de todos os enunciados presentes no Quadro 3 e 4, incluindo as informações sobre a autora, data de publicação e as referências utilizadas ao longo do texto.

- 1) Quem são os autores de cada artigo e como seus perfis podem influenciar a recepção dos leitores?
 - A autoria impacta a credibilidade dos textos? De que forma?
- 2) Qual a finalidade social de cada artigo?
 - Os textos buscam informar, persuadir ou influenciar debates e políticas públicas?
- 3) Quem parece ser o público-alvo de cada artigo?
 - A seleção de palavras, os exemplos e o veículo de publicação indicam que os textos foram escritos para quem?
- 4) Por que a regulamentação da IA foi tema desses artigos no período em que foram publicados?
 - O que estava acontecendo no Brasil e no mundo que tornou essa discussão relevante?
- 5) Os argumentos apresentados tendem a convencer ou gerar discordância nos leitores?
 - Há dados e fontes confiáveis ou prevalece um tom mais persuasivo e retórico?

Neste momento, constatamos que esta etapa se torna fundamental para a inclusão dos alunos na temática trabalhada no texto, convidando-os a refletir sobre os aspectos sociais, históricos e humanos envolvidos na atividade da leitura e, inclusive, oportunizando os posicionamentos destes sujeitos ao término da releitura do artigo de opinião.

Os sentidos começam a ser construídos a partir dos elementos externos à língua para que, posteriormente, estes se apresentem inseridos no contexto mais amplo e diversificado. A intenção discursiva e as escolhas linguísticas, como discutido por Acosta Pereira (2022), Amossy (2018) e Geraldi (1997), não são neutras e devem ser percebidas criticamente e de forma consciente pelos indivíduos.

4.4 Trabalho com a dimensão verbo-visual

Esta etapa da proposta didática é suscetível a modificações, especialmente em função do conteúdo abordado. Por exemplo, se a turma, no momento da intervenção, estiver trabalhando os valores da conjugação verbal nos textos, o plano poderá adaptar-se a este tema. Para esta proposta, sugerimos abordar os valores atribuídos aos adjetivos presentes nos enunciados e, posteriormente, analisar as escolhas dos elementos semióticos que influenciam a percepção e interpretação dos leitores. Dessa forma, com base na análise linguística/semiótica de perspectiva dialógica, o enfoque está principalmente nas dimensões morfológicas e semióticas do artigo de opinião.

A presença ou ausência dos adjetivos nos dois artigos de opinião é fundamental para a construção das teses defendidas pelos escritores e a maneira como eles esperam que os leitores se posicionem. Inicialmente, convidamos os alunos a refletir sobre os efeitos de sentidos provocados por esses vocábulos no título do artigo “Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível” (Curzi, 2024) e, posteriormente, a estratégia argumentativa distinta dos autores do artigo “Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?” (Prado; Giovanini, 2024). Essa diferença dos usos é fundamental para a compreensão em sala de aula porque permite que os alunos analisem como a escolha de palavras pode influenciar o tom e a estratégia argumentativa de um texto, ajudando-os a perceber distintas intenções discursivas. Portanto, a partir desta perspectiva, apresentamos as questões:

- 1) Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível
 - Qual é o impacto imediato que o adjetivo “imprescindível”, presente no título, causa no leitor?
 - Que tipo de resposta emocional ou intelectual a autora deseja provocar no leitor?
 - Se o título fosse alterado para “Eleições de 2024: regular a IA é importante”, como a percepção do leitor seria alterada?
 - O que a escolha de “imprescindível” nos revela sobre a posição ideológica da autora, especialmente considerando o contexto social e político das eleições?
- 2) Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?
 - O título do segundo artigo utiliza uma estratégia distinta ao estabelecer uma pergunta direta aos leitores. O que isso sugere sobre o estilo dos autores?
 - Os autores parecem buscar mais convencimento ou uma reflexão crítica no leitor?
 - Como a ausência de adjetivos no título pode influenciar a abertura do debate no artigo?

A partir destes questionamentos, construídos a partir dos títulos dos enunciados lidos, os estudantes terão a oportunidade de refletir sobre como a seleção dos elementos linguísticos e semióticos afeta a recepção e interpretação de um texto. Ao analisar essas diferenças e, posteriormente, compreendê-las de forma crítica, reflexiva e situada, os sujeitos poderão aplicar esses conhecimentos em outros gêneros do discurso e no momento de escrita dos seus próprios textos. Este caminho metodológico objetiva torná-los mais conscientes das escolhas que realizam e aprimorar as habilidades de comunicação e argumentação, tanto na leitura quanto na produção textual.

Posterior a reflexão e comparação dos efeitos de sentidos presentes nos títulos dos artigos de opinião, propomos o trabalho com os parágrafos essenciais para a

compreensão do conteúdo argumentativo e ideológico desenvolvido ao longo dos textos:

3) Realizaremos a releitura do primeiro parágrafo do artigo “Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível”

- Considerando o parágrafo como um todo, como a escolha dos adjetivos ajuda a intensificar o tom de urgência e gravidade do texto?
- Como a escolha de “desastres reputacionais” e “afetar significativamente” amplifica a percepção de consequências extremas da falta de regulação?
- Quais outros adjetivos poderiam ser usados no parágrafo sem alterar a tese principal da autora, mas mudando a ênfase dos argumentos?
- O estilo de seleção desses vocábulos continua nos demais parágrafos?
- Comparando com o estilo do segundo artigo, no qual a escolha de adjetivos tende a ser mais moderada, qual a principal diferença no efeito persuasivo e no tipo de envolvimento com o leitor?

Desse modo, a abordagem das escolhas adjetivas para impulsionar a tese da autora adquire destaque na proposta didática, em conjunto com o contexto histórico e social do texto. Ao observarmos essas seleções, notamos que estas palavras não apenas descrevem os fenômenos, mas também orientam a maneira como o leitor deve interpretar a relevância dos problemas apresentados.

1) Realizaremos a releitura do terceiro parágrafo do artigo “Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?”

- Comparando com o estilo do primeiro artigo, no qual a escolha de adjetivos tende a ser mais enfática e alarmista, qual a principal diferença no efeito persuasivo e no tipo de envolvimento com o leitor?
- Considerando o parágrafo como um todo, como a escolha dos adjetivos ajuda a moderar o tom do texto?
- Como a escolha de “radical” e “impossível” ajuda a caracterizar a proposta de proibição da IA nas eleições como uma medida inviável e extrema? Qual é o efeito de suavizar ou enfraquecer essa proposta com esses adjetivos?

- O estilo de seleção desses vocábulos se mantém consistente ao longo do texto?
- Como os autores mantêm ou modificam o tom argumentativo em parágrafos subsequentes?

A comparação realizada entre os dois parágrafos é fundamental para a compreensão das diferentes abordagens de estilo e produção de sentido nos artigos de opinião. Enquanto o primeiro artigo de opinião adota um tom alarmista sobre a temática, com o uso de adjetivos que intensificam a urgência e a gravidade da situação, o segundo demonstra uma abordagem considerada moderada, utilizando vocábulos que buscam suavizar as implicações e elencam a viabilidade das propostas. Essa diferença de estilo impacta diretamente o efeito persuasivo de cada texto e o tipo de envolvimento que os autores buscam com o leitor.

O trabalho com a dimensão visual — ou seja, a presença de recursos como imagens, vídeos, figuras etc. — também se torna imprescindível para a construção enunciativa da autora e, na etapa final, deve ser debatido em sala de aula.

- 2) No primeiro artigo, há uma imagem. No segundo, não. Como essa diferença afeta a construção da argumentação em cada texto?
- 3) A presença da imagem no primeiro artigo reforça ou direciona a tese da autora? Sem essa imagem, o argumento ficaria mais fraco ou permaneceria o mesmo?
- 4) A ausência de imagem no segundo artigo pode favorecer uma interpretação mais aberta do enunciado, permitindo que cada leitor construa mentalmente sua própria representação da questão? Ou, ao contrário, pode dificultar a construção de sentido e reduzir o impacto da argumentação?
- 5) Se o segundo artigo tivesse uma imagem, como ela poderia reforçar a argumentação apresentada? Qual tipo de imagem poderia ser utilizada para fortalecer a tese dos autores?
- 6) Imagens podem direcionar a interpretação do leitor. No caso do primeiro artigo, a imagem reforça uma visão crítica sobre a IA. O segundo artigo, por não ter imagem, parece adotar uma posição mais neutra ou imparcial? Como isso se relaciona com o objetivo argumentativo de cada texto?

A reflexão sobre os recursos da linguagem, tanto visual quanto escrita, na construção dos elementos argumentativos impulsiona os debates axiológicos sobre os significados do texto. A imagem de um sujeito solitário, envolto por contrastes entre luz e escuridão, representados pelo uso das tecnologias, especialmente a figura da inteligência artificial, sugere uma reflexão sobre os valores de controle, liberdade e ética na sociedade. Ao mesmo tempo, a linguagem escrita intensifica essa discussão. Esta relação não é neutra, como discutido anteriormente, e todos esses aspectos podem ser observados, em sua totalidade, a partir do trabalho com todas as unidades produtoras de significado no enunciado.

5 Considerações finais

Este trabalho objetivou apresentar uma proposta didática para turmas de 1º ano do Ensino Médio sobre a construção argumentativa nos artigos de opinião intitulados “Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível” (Curzi, 2024) e “Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?” (Prado; Giovanini, 2024), com base nos princípios teórico-metodológicos do eixo de análise linguística/semiótica de perspectiva dialógica, fundamentada na Teoria Dialógica da Linguagem, e os estudos de argumentação. As atividades e debates sugeridos buscaram orientar professores de Língua Portuguesa a trabalhar com a totalidade dos textos, abrangendo tanto os elementos linguísticos quanto extralinguísticos dos enunciados, compreendendo-os como situados em um tempo e espaço determinados pelo contexto dos sujeitos envolvidos na interação.

As etapas necessárias para essa abordagem se organizam em: 1) relação com os enunciados já-ditos; 2) leitura dos enunciados; 3) trabalho com a dimensão social; 4) trabalho com a dimensão verbo-visual. A partir desse percurso, os estudantes podem acionar horizontes de expectativas, posicionar-se criticamente diante da leitura e compreender a importância da seleção dos recursos escritos e visuais para a defesa de uma tese. Dessa maneira, busca-se não apenas o desenvolvimento das habilidades de leitura e análise crítica dos alunos, mas também a capacidade de interagir de forma reflexiva e argumentativa com textos presentes no cotidiano desses sujeitos.

Referências

- ACOSTA PEREIRA, R. **A prática de análise linguística/semiótica de base dialógica**: reflexões para leitores iniciantes. São Carlos: Pedro & João, 2022.
- ALMEIDA, M. F.; XAVIER, M. M. Argumentação na escola: leituras dialógicas na mídia política. In: AZEVEDO, I. C. M.; PIRIS, E. L. (orgs.) **Discurso e argumentação**: fotografias indisciplinadas. v. 2. Coimbra: Grácio, 2018. p. 45-51.
- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, v. 1, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>. Acesso em: 3 set. 2024.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1963].
- BAKHTIN, M. **Questões de estilística no ensino da língua**. Tradução, posfácio e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2013 [1944-1945].
- BARBOSA, J. L. N. **O enunciado digital tensionado sob a concepção filosófica bakhtiniana do ato responsável**: um enfoque não-logocêntrico. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- CAVALHEIRO, S. A.; FURQUIM, E. O texto como unidade de ensino: visão bakhtiniana. **Thêma et Scientia**, v. 14, n. 1, jan/jun 2024, p. 69-79. Disponível em: <https://ojsrevistas.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/2022>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- CURZI, Y. Artigo: Eleições de 2024: regular a IA é imprescindível. **Correio Braziliense**, 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2024/07/6902810-artigo-eleicoes-de-2024-regular-a-ia-e-imprescindivel.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. da et al. (orgs.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-66.
- FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.
- GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. Campinas: Assoeste, 1984.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIOVANI, F.; CAMARGOS, M. L. João Wanderley Geraldi: o pesquisador linguista, professor formador e singular leitor brasileiro de Bakhtin e o seu círculo de estudos. **Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 13, n. 25, jan./jun. 2024, p. 434-449. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducuclings/article/view/9142>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GOMES, S. N. de S.; OHUSCHI, M. C. G.; MENEGASSI, R. J. Construções valorativas em recursos linguístico-enunciativos na fábula: uma sequência de atividades ao 9º ano. In: ROCHA, C. M. da; SANCHES, R. D. (Orgs.). **Linguística na Amazônia**: descrição, diversidade e ensino. Volume 2. Rio Branco: Nepan, 2022. p. 191-215.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**: gêneros textuais do argumentar e do expor. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LINO DE ARAÚJO, D. Análise linguística em função da leitura: sugestões metodológicas. In: LINO DE ARAÚJO, D.; FERREIRA, E. C. A.; CARVALHO, A. S. (Orgs.). **Língua e literatura no ensino médio**: propostas. 2 ed. Campina Grande: EDUEFG, 2019. p. 137-187.

MAZZILLO, T. M. O diário do professor-aluno: um instrumento para a avaliação do agir. In: MACHADO, A. R. (org.). **O ensino como trabalho**: uma abordagem discursiva. Londrina: Eduep, 2004.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Ekaterina Américo e Sheila Grillo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

MINEIRO, M.; SILVA, M. A. A. da; FERREIRA, L. G. Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Momentos: diálogos em educação**, v. 31, n. 3, set./dez. 2024, p. 201-218. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14538>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MORAIS, E. P.; SANTOS, L. V.; JUNIOR, J. N. B. M. As figuras de retórica como dispositivo argumentativo no pronunciamento de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **Rhêtorikê**, v. 1, n. 10, 2024, p. 1-19. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/rhetorike/article/view/1511/1020>. Acesso em: 2 set. 2024.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. v. 2. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

POLATO, A. D. M. **Análise linguística**: do estado da arte ao estatuto dialógico. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

POLATO, A. D. M.; MENEGASSI, R. J. O conto em prática de análise linguística dialógica no ensino médio. In: BARROS, E. M. D. de; STRIQUER, M. dos S. D.; STORTO, L. J. (Orgs.). **Propostas didáticas para o ensino da língua portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 43-69.

POLATO, A. D. M.; OHUSCHI, M. C. G.; MENEGASSI, R. J. Análise Linguística em Charge: Sequência de Atividades Dialógicas. **Línguas & Letras**, v. 21, n. 49, p. 127-154, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/24631>. Acesso em: 5 set. 2024.

POLATO, A. D. M.; MENEGASSI, R. J. A expansão das consciências socioideológica e linguística em prática de análise linguística de perspectiva dialógica. **Letras**, Santa Maria, v. 32, n. 64, p. 60-79, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/69762>. Acesso em: 5 set. 2024.

PRADO, L. F.; GIOVANINI, C. Por que o uso de inteligência artificial não deve ser proibido nas eleições?. **Estadão**, 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/por-que-o-uso-de-inteligencia-artificial-nao-deve-ser-proibido-nas-eleicoes/?srsltid=AfmBOoolgmnN_wlxFqJgyziMaiKuuv2disa-OoJJZgUUUOCQ58kzosGU. Acesso em: 10 mar. 2025.

ROCHA, M. S.; SILVA, F. H.; MOURA, J. B. Retórica e manipulação no discurso neopetencostal da igreja Santa de Jesus Cristo. **Rhêtorikê**, v. 1, n. 10, 2024, p. 1-23. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/rhetorike/article/view/1508/1017>. Acesso em: 3 set. 2024.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2. ed. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2018 [1929].